

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É doutora em arquitetura e urbanismo

/// No vigor do debate metropolitano, que avançou após a aprovação do Estatuto da Metrôpole, vale lembrar que as cidades são antes de tudo dinâmicas

Repensar as metrópoles

A recente aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei nº13.089/15) estabelece conceitos e diretrizes para governança interfederativa e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum. Nessa diretiva, a mobilidade urbana é emblemática do “pensamento metropolitano”.

Para melhor convergência do interesse comum dos territórios metropolitanos, a referida Lei exige um plano de desenvolvimento integrado para estabelecimento de critérios e operacionalização dos instrumentos da governança, sejam técnicos ou financeiros. As grandes cidades são conceituadas conforme sejam os critérios estabelecidos por estudiosos ou instituições de pesquisas, permeadas pelo adensamento populacional e de atividades: megalópoles, metrópoles e aglomerados urbanos.

Alguns urbanistas defendem a tese de que até 2050 teremos centenas de cidades mundiais que, para além da questão demográfica, serão nós de decisões em rede e de domínio do capital financeiro, sendo que pelo menos dez metrópoles brasileiras farão parte dessas megacidades. No vigor do debate metropolitano no Brasil, vale

lembrar que as cidades são antes de tudo dinâmicas. Portanto, repensar as metrópoles é sempre um desafio mesmo com respaldo jurídico mais amplo, o que impõe avaliar questões externas e outras variáveis que interferem diretamente.

Enquanto a ideia de “recentralização” para superação dos problemas metropolitanos de cidades como São Paulo norteia o seu novo Plano Diretor, por outro lado, há o fenômeno do “esvaziamento” gradativo de cidades consolidadas, presente especialmente nas cidades americanas. Detroit, além de colecionar os piores indicadores de um país desenvolvido, os argumentos para esvaziamento da cidade se explica pela falência da indústria automobilística, corrupção e taxa de desemprego de 50%.

New Orleans não se recuperou com as tempestades do furacão Katrina (2005) e está esvaziada. No Meio-Oeste americano, o alto preço do combustível para grandes deslocamentos necessários, sem que esteja associado à infraestrutura adequada, propicia a intensa migração e o abandono de algumas cidades. Estas situações nos fazem refletir as metrópoles sempre vinculadas à economia e às decisões geopolíticas.

Restringir-se à Lei não condiciona o sucesso de sua implementação se considerada a complexidade do tema, mas de qualquer modo, o Estatuto é um avanço ao fazer valer o compromisso do interesse metropolitano em detrimento do contexto local, sendo a visão multidisciplinar do conjunto de fatores interferentes fundamental.